

Seminário FESPSP 2017 – Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

Impacto das novas ameaças na formulação da política de defesa do Equador

Cristian Daniel Valdivieso Ojeda¹

PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP)

Resumo

O artigo apresenta como objeto de estudo a agenda política de defesa equatoriana no período da denominada “revolução cidadã”, que foi formulada e desenvolvida pelo governo do ex-presidente equatoriano Rafael Correa Delgado, no período entre 2007 e 2010. Como objetivo, analisa-se como as denominadas “novas ameaças” (tráfico de drogas, conflitos sociais, organizações criminosas, terrorismo) incidiram e geraram impactos nos documentos atinentes à formulação da agenda de política de defesa do Equador. A metodologia empregada é de carácter qualitativo, baseada na análise de fontes primárias e secundárias. Entre os documentos utilizados se localizam: o Livro Branco de Defesa do Equador (2002, 2006) e a Agenda Política de Defesa (2014-2017). Nesse sentido, busca-se observar dentro das políticas equatorianas quais são as medidas de contingência com as quais o país pretende contribuir para o combate a aquelas ameaças.

Palavras chave: novas ameaças; política de defesa; Equador.

Introdução

¹ Mestrando pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Para contato: cristiandadvaldi@hotmail.com

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

O Equador é um país que tem sido cenário de um conflito prolongado no que pode ser entendido como a promulgação das conhecidas ameaças tradicionais baseadas nos conflitos de caráter interestatal. Não obstante com a assinatura da paz, que foi um sucesso na região, não adveio uma paz duradoura. Pelo contrário emergiram novos fenômenos e práticas que ameaçaram à região de modo geral. Nesse sentido, o objeto de estudo deste trabalho é a política de defesa equatoriana que foi formulada de forma relevante com a criação do Livro Branco de Defesa do ano 2002. Posteriormente, ocorreu uma atualização dessa ferramenta resultando na estruturação do Livro Branco de Defesa do ano 2006 para finalmente se desenvolver a Agenda Política de Defesa 2015-2017.

Assim, o objetivo do artigo é compreender como as novas ameaças incidiram na formulação da Agenda Política de Defesa considerando que o conceito de novas ameaças, na sua vertente multidimensional, tem constituído um foco de amplos debates acadêmicos e de intelectuais na área. Assim, o professor Héctor Saint-Pierre e a professora Suzeley Mathias problematizam de forma profunda a ação tanto militar como o entendimento multidimensional de segurança que justifica práticas que ao invés de ajudar a combater problemas pode fazê-los mais profundos.

A pergunta de pesquisa que guia nosso artigo é: quais são as medidas que o Equador implementa para lidar com as denominadas “novas ameaças”? Para isto, é empregada uma abordagem qualitativa junto com a análise de fontes tanto primárias como secundárias. Como marco conceitual se faz uso de uma problematização com relação aos conceitos de segurança e ameaça.

Finalmente, o artigo se divide em três partes. Uma primeira aborda os elementos conceituais que ajudaram na problematização do objeto de estudo abordando a definição de ameaça e o conceito de segurança como polissêmico. Uma segunda parte aborda o Equador e seu histórico junto com as ameaças e as novas ameaças. Por fim, a terceira parte aborda os documentos de defesa para determinar uma resposta a nossa pergunta de pesquisa.

A relação entre os conceitos de segurança e ameaça

O termo segurança tem se constituído como um conceito elástico, mutável e vinculado a diversas realidades. Portanto, depende da subjetividade de quem determina uma condição na qual existe a sensação de estar seguro ou não (WILLIAMS, 2008, p. 1). Sendo assim, é importante determinar, mesmo que de modo geral, o transcurso que tem experimentado o termo para compreender o porquê de seu caráter polissêmico.

Barry Buzan e Lene Hansen, no livro *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional* (ESI), determinaram que o conceito segurança possui enfoques nos âmbitos: internacional, econômico, ambiental e humano (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 43). Não obstante, nos seus inícios o termo experimentou fortes limitações a um objeto específico, o Estado. Assim, Buzan (1983, p. 3) argumentava, no período da Guerra Fria, que a concepção estatal do conceito era guiada pelo entendimento de segurança com relação a poder e defesa. Isto quer dizer, a temas vinculados especificamente à proteção do Estado.

Paul Williams explica que a dinâmica da segurança no período da Guerra Fria esteve ligada a quatro elementos, o que ele determina como 4S: Estado; estratégia; ciência; status quo² (WILLIAMS, 2008, p. 3). O primeiro elemento é o Estado que determina o predomínio de um entendimento realista com relação ao conceito. Este elemento quer nos dizer que a proteção do Estado como unidade racional seria suficiente para garantir a segurança dos atores internos que o compõem. A segunda S, estratégia, representa o meio pelo qual a segurança se desenvolve. Assim, se o Estado é o fim da segurança, então os meios prioritários para garantir essa condição são de caráter militar. É importante lembrar que tanto o fim da II Guerra Mundial, como marco inicial dos ESI, e o desenvolvimento da Guerra Fria, junto com o perigo de uma guerra nuclear, determinaram a importância da estratégia militar como baluarte para defender o Estado de possíveis ameaças advindas de outros. O terceiro S está representado pela ciência que destaca o esforço por incorporar métodos das ciências da natureza para resolver assuntos referentes à política

² Tradução livre do autor. No original, os 4S são: *State; Strategy; Science; Status quo*.

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

internacional. Finalmente, o status quo representa a manutenção da postura hegemônica por parte das superpotências no sistema internacional. A prioridade de manter suas posições de fortaleza tinha a finalidade de evitar mudanças radicais e revoluções no ambiente internacional.

Com o fim do confronto bipolar emergiram novas formas de entender a segurança. Uma das ampliações de maior relevância no entendimento do conceito foi a desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a abordagem da segurança humana no ano de 1994. Este novo enfoque representou um redirecionamento do objeto principal da segurança deixando de ser o Estado e passando a ser o indivíduo (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 308). Entre as temáticas relevantes abarcadas nessa nova concepção de segurança se encontram temas universais como: pobreza, desenvolvimento, educação, promoção da paz, redução de desigualdades (PNUD, 2016).

De maneira geral, se explicou o avanço de um enfoque de segurança com viés estatocêntrico para outro de caráter humano. Mas ainda não foi respondida uma das principais questões: o que é segurança? O professor Héctor Saint-Pierre argumenta que se entende por segurança uma situação na qual existe a ausência de perigos para um indivíduo, seus valores e interesses (SAINT-PIERRE, 2007, p. 59). De forma similar, Paul Williams (2008, p. 5) estabelece que segurança se entende como o alívio de ameaças que põem em perigo a supervivência de um objeto de referência em particular.

O termo segurança se encontra diretamente associado ao conceito de ameaça, que é um conceito novo nas Relações Internacionais que, particularmente, entende-se como uma preocupação de caráter militar. Na análise do filósofo Héctor Saint-Pierre (2007, p. 60), o conceito de ameaça se constrói com base nas percepções. Estabelece, assim, cinco elementos que caracterizam às ameaças. Como primeiro elemento determina que “a ameaça é essencialmente diferente do que ela manifesta”. Isto quer dizer que a ameaça por si mesma não produz temor e sim constitui uma anúncio de um evento catastrófico ou de risco. Assim, interpreta-se que a ameaça representa uma postura de insinuação com a qual se indica o que poderia acontecer se o ameaçado não se submete à vontade do outro.

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

Um segundo elemento característico é que a ameaça “só se constitui e opera na percepção de quem é ameaçado”. Portanto, o que constitui um sinal de ameaça para um ator pode constituir um sinal completamente diferente para outro. Um terceiro elemento nos diz que uma ameaça não constitui um perigo. O perigo é um fator externo a qualquer ator, mas a ameaça é produzida pela interpretação que é dada a um sinal. A ameaça parte de uma reflexão interna do ator ou indivíduo, e nele que se sustenta e se interpreta. Como quarto elemento característico temos que a ameaça é um sinal, uma representação ou gesto que anuncia o advento de um possível risco. Como último elemento, Saint-Pierre destaca que a ameaça é um fator importante e necessário para ter consciência da existência de possíveis agressões que possam tirar a um ou vários atores do seu status de segurança.

Saint-Pierre (2007, p. 63) também destaca a existência de conceitos que podem ser facilmente associados ao termo ameaça, mas que representam assuntos distintos. Propõem-se, assim, a explicar uma distinção entre perigo; inimigo; vulnerabilidade. O perigo é uma situação da qual podemos nos resguardar e proteger, mas da ameaça não. O perigo existe e é algo iminente só que não pode ser descartada a importância da ameaça como fator que antecipa a chegada do perigo. É por isso que a percepção tem uma relevância profunda. O conceito de inimigo, por sua vez, também não representa a ameaça como tal. Do inimigo pode emergir o sinal ou a insinuação de agressão. É o inimigo quem emite o sinal para que seu oponente interprete a chegada uma possível jogada perigosa que possa vulnerar sua segurança. A vulnerabilidade, por fim, é entendida estrategicamente como debilidades ou deficiências que indicam uma desvantagem num combate. Um exemplo bastante pertinente, estabelecido pelo autor, indica que na América Latina possui diversas vulnerabilidades entre as quais encontramos: pobreza, desemprego, marginalidade social, injustiça social, miséria (SAINT-PIERRE, 2007, p. 64).

A dinâmica dos dois conceitos e suas interpretações são importantes para compreender sua relação. Como foi explicado, no período da Guerra Fria a disputa bipolar configurou que a noção de segurança tinha a ver com os Estados e seus exércitos, desse modo a principal ameaça estava representada na produção de armas nucleares e nos conflitos interestatais. No pós-Guerra Fria, a configuração do que era entendido como segurança experimentou uma ampliação para temas

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais econômicas, de médio ambiente e a segurança humana. Foi assim que as percepções sobre as ameaças também sofreram alterações quando se considerou a emergência de práticas como o narcotráfico, conflitos internos, migrações e o terrorismo internacional.

Equador: as ameaças tradicionais e as novas ameaças

O Equador tem sido um país cenário de um prolongado conflito de raízes coloniais. Um dos primeiros embates vivenciados pelo Estado equatoriano ocorreu no ano de 1941 quando teve que se enfrentar militarmente ao Peru. Como fórmula para a resolução do conflito, no ano de 1942 foi assinado o *Protocolo de Paz, Amistad y Límites entre Ecuador y Perú*³ no qual os Países Garantes – Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos – participaram como fiadores de que o processo seria próspero e se finalizaria o conflito com uma paz duradoura (LEKANDA, 2009, p. 188).

Não obstante, a execução do protocolo foi interrompida devido a que o corpo diplomático equatoriano encontrou inconsistências. Isto levou ao Equador a considerar o protocolo como inexecutável. Alguns autores consideram que a falta de clareza do tratado não permitiu a definitiva demarcação das fronteiras (ALBUQUERQUE, 2008, p. 9; ESPINOSA, 1999, p. 112). Carlos Espinosa (1999) argumenta que a interrupção da demarcação deixou um vazio perigoso de 78 km. Foi assim que no ano de 1995 se desenvolveu um novo confronto entre Equador e Peru. Este novo embate foi conhecido como o conflito do Cenepa devido a que os enfrentamentos se deram na região com o mesmo nome (ARTEAGA et al, 1995, p. 17; BATISTA, 2005, p. 129; MARCELLA, 2000; MARES; PALMER, 2012, p. 59; ORTEGA, 2011, p. 101).

A superação do problema territorial com o Peru aconteceu definitivamente no ano de 1998 com a assinatura da Ata Presidencial de Brasília, o que constituiu um acordo de paz definitivo (ACTA PRESIDENCIAL DE BRASILIA, 1998). Com este

³ O tratado é também conhecido como Protocolo do Rio de Janeiro devido a que foi assinado nessa cidade brasileira.

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

tratado se certificou a expansão das medidas de confiança entre ambos países através de vários acordos: Tratado de comércio e navegação; acordo amplo de integração fronteiriça, desenvolvimento e vizinhança; medidas confiança mútua e segurança; acordo sobre bases no canal de Zarumilla (MONCAYO, 2011, p. 442-444).

Por mais de um século, este confronto limítrofe se enraizou como a principal ameaça à soberania equatoriana, a seus recursos e integridade territorial. Em 1941 Equador perdeu grande parte do seu território amazônico e em 1995 novamente teve que ceder território nos acordos internacionais. Sem embargo, a conclusão do conflito, para ambos países, constituiu em um triunfo da paz na região da América do Sul.

Não obstante, a paz sul-americana se configurou em um sentido interestatal, da ausência de guerras entre Estados. A região se encaminhou em uma nova experiência de práticas ilegais e problemas de caráter interno que nos fazem questionar se a paz pode ser pensada aquém o Estado, é dizer, na estrutura interna que o compõe.

No início do século XXI a preocupação dos países da região sul-americana empezou a se deslocar para problemas internos. Desse modo, se realizaram as conferências ministeriais de defesa que incluíram temáticas relevantes como: a segurança hemisférica; medidas de confiança mútua; cooperação regional e desenvolvimento; e o papel das Forças Armadas na democracia (DECLARACIÓN DE MANAUS, 2000). Não obstante, na Declaração sobre Segurança das Américas no ano 2003 se desenvolveram dois elementos importantes a serem tratados de forma conjunta. O primeiro elemento tem a ver com a incorporação das conhecidas novas ameaças. Estas são definidas como,

Problemas intersetoriais que requerem respostas de aspectos múltiplos por parte de distintas organizações nacionais e, em alguns casos, associações entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, todas atuando de forma apropriada conforme às normas e princípios democráticos e as normas constitucionais de cada Estado (DECLARAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DAS AMÉRICAS, 2003, p. 3).

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

Entre as novas ameaças encontramos: terrorismo, narcotráfico, tráfico ilícito de armas, crime transnacional, desastres naturais, trata de pessoas, ataques cibernéticos, pobreza extrema (DECLARAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DAS AMÉRICAS, 2003, p. 3; DECLARACIÓN DE QUITO, 2004). Estes elementos constituem os novos desafios da defesa, ação que tem como objetivo a segurança. Desse modo, para confrontar as novas a ameaças os Estados incorporaram uma nova concepção de segurança, a multidimensional. Esta nova abordagem reflete a importância de que a segurança deve ter um alcance multidimensional para confrontar ameaças de diversos tipos: “econômicas, políticas, sociais, de saúde e ambientais” (DECLARAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DAS AMÉRICAS, 2003, p. 3).

Dos Livros Brancos da defesa à Agenda Política de defesa

Os documentos de defesa dos países da América do Sul são importantes devido a que permitem um “aporte à confiança, segurança e a cooperação” (DECLARACIÓN DE QUITO, 2004). É através destes instrumentos que podem ser observadas as dinâmicas específicas que cada um dos países assume com relação ao que cada um deles considera como ameaças. Desse modo, assim como argumentou Saint-Pierre, podemos evidenciar que as ameaças são relativas para quem está interpretando o sinal de alerta.

Assim, com este breve prelúdio estabelecemos que os documentos de defesa equatorianos são elementares para compreender a nossa pergunta de pesquisa sobre: quais são as medidas que o Equador implementa para lidar com as denominadas novas ameaças? Para atingir uma resposta ao questionamento, é importante identificar quais são as novas ameaças para o Equador.

O Libro Branco de Defesa do ano 2002 indica que no Equador os objetivos da defesa nacional são: exercer o controle territorial para resguardar a soberania; proteger a vida da população e os recursos; preservar o estado de direito e as instituições democráticas; fortalecer as Forças Armadas; fortalecer a consciência nacional e; participar em operações de paz (LIBRO BLANCO, 2002). Em alguma medida a política de defesa indica duas coisas. Uma primeira determina que as

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

ameaças tradicionais são prioritárias em termos de objetivos e, em segundo lugar, que as Forças Armadas são o meio pelo qual a garantia da segurança se manter firme.

Sem embargo, o Estado equatoriano classifica as ameaças como externas e internas. Nas externas prevalecem as ameaças tradicionais à soberania e território junto com terrorismo, crime organizado, inequidade comercial internacional, proliferação de armas. Mas, no sentido interno se encontram: pobreza, corrupção, migração descontrolada, conflitos de governabilidade, deterioro do meio ambiente e catástrofes naturais (LIBRO BLANCO, 2002).

O Equador admite sua aceitação do entendimento multidimensional, no que a segurança e ameaças se refere, e como foi argumentado anteriormente o instrumento principal que concentra a multidimensionalidade do seu acionar radica no emprego das Forças Armadas. Assim, conforme o Livro Branco (2002) o fortalecimento e a modernização das FFAA constituem um elemento primordial para elas atuarem de forma elástica de acordo aos diversos cenários a serem confrontados. Desde o combate ao terrorismo até como apoio à Defesa Civil, Polícia Nacional e catástrofes naturais as FFAA atuam como apoio no combate às diversas manifestações das ameaças.

Já no Libro Branco do ano 2006, que experimentou uma atualização, algumas das ameaças permaneceram inalteradas. Não obstante, a percepção das ameaças sofreu uma modificação profunda e que pode nos ajudar a compreender a formação da Agenda Política de Defesa 2014-2017. Na atualização do Livro Branco consta,

Entre os fatores que incidem na segurança, sem ser definidos como ameaças, reconhecemos aqueles que emergem dos desequilíbrios e assimetrias económicas, as tensões sociais e as crises políticas e institucionais, enquanto gerem situações de instabilidade ao Estado e à sociedade; riscos de desastres naturais e outras preocupações e desafios, como a pobreza, pandemias, deterioro ambiental e tráfico de pessoas. (LIBRO BLANCO, 2006, p. 41)

Esta caracterização diferenciada problematiza o que anteriormente era considerado como ameaças. Assim, aqueles elementos determinados como riscos

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

constituem parte do que Saint-Pierre determina como vulnerabilidades. A pobreza não representa mais um elemento que pode ser confrontado sob práticas como a securitização. Saint-Pierre (2014, p. 21) problematiza alguns desses elementos entendidos como ameaças nos documentos de defesa. Diz, portanto, que muitos fatores indicados como ameaças são “claros sintomas de soberanias incompletas e consequências indesejadas de democracias deficientes”. Sob o mesmo argumento,

NOVAS AMEAÇAS NOS DOCUMENTOS DE DEFESA				
Novas ameaças	Livro Branco, 2002		Livro Branco, 2006	
	Pobreza	X		
Migração	X			
Combate narcotráfico	X		X	
Terrorismo internacional	X		X	
Controle de armamentos	X		X	

“os ministérios de educação, de saúde, de justiça e de economia, entre outros, eram os instrumentos específicos e mais adequados que o ministério da defesa para organizar as medidas que permitiriam enfrentar com existo os novos desafios” (SAINT-PIERRE, 2014, p. 21).

Figura 1. Novas ameaças nos documentos de defesa

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

Democracia	X	
Proteção do meio ambiente	X	

Fonte: elaboração própria com base nos documentos Livro Branco 2002, 2006.

O argumento do experto indica claramente que a securitização, isto quer dizer, o uso dos instrumentos de força do Estado, como as FFAA, não precisa atuar em estes casos nos quais é evidente a necessidade de medidas diversas e plurais. Alguns pesquisadores que analisam as novas ameaças determinam que estas devem ser prevenidas e combatidas através da política, forças policiais e do uso da inteligência através de política governamentais (MATHIAS; FAZIO, 2004, p. 61).

A mudança de visão, no caso equatoriano, com relação à determinação do que constituem ameaças para o Estado permitiram materializar, em alguma medida, a promoção de políticas públicas para o combate aos sinais de ameaça e às vulnerabilidades. Assim, a Agenda Política de Defesa, formulada no ano 2014 no período do ex-presidente Rafael Correia, expressa claramente uma articulação de treze políticas públicas com a finalidade de garantir uma segurança integral tanto interna como externa.

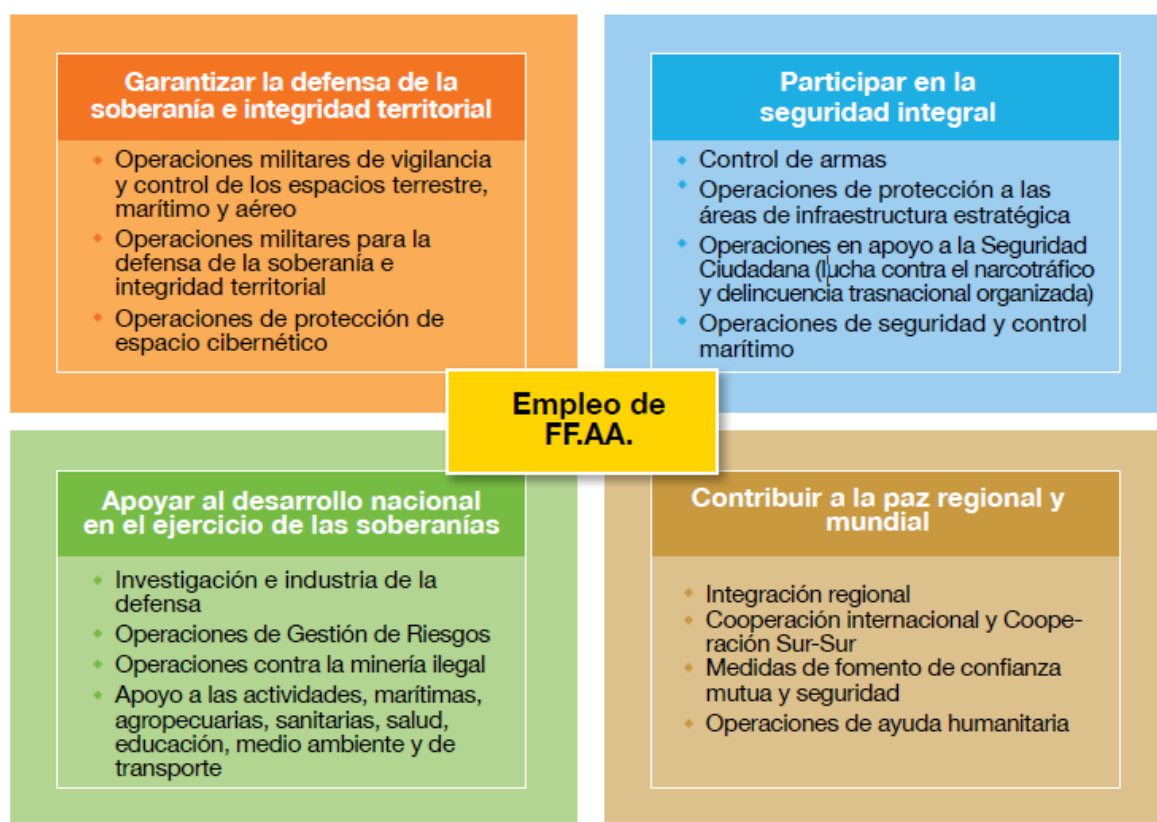
Para efeitos explicativos serão destacadas as políticas de maior relevância. A primeira política pública diz respeito à garantia da soberania e da integridade territorial. Com esta política, pretende-se fortalecer as capacidades da projeção de defesa desde os limites cibernéticos até o sistema internacional. Uma segunda política opera no marco interno com relação à segurança integral e proteção dos direitos e liberdades cidadãos. Nesta política a ideia é modernizar os sistemas de inteligência militar que permitam o fortalecimento da segurança integral, assim como para prevenir ou agilizar o uso de elementos de prevenção-ação em caso de catástrofes. Uma terceira tem a ver com a defesa dos recursos estratégicos do Estado, na qual encontramos vigilância de espaços marítimos. Uma quarta diz respeito à proteção da informação em matéria de defesa do país. Para isto, o Estado pretende desenvolver capacidades de ciberdefesa e em iniciativas da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para a criação de sistemas de telecomunicações sul-americanos. Uma quinta política diz sobre a construção da defesa como bem

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais público. Com isto, pretende-se o fortalecimento dos vínculos cívico-militares para a promoção de uma cultura de defesa com a participação cidadã.

Outro grupo de políticas públicas estão demarcadas à paz regional. Encontramos assim políticas para promover a cooperação sul-sul e a resolução pacífica de conflitos, o fortalecimento da participação equatoriana em processos de caráter regional, o apoio incondicional ao fortalecimento dos processos de integração da região em temas de defesa.

Figura 2. Emprego das Forças Armadas



Fonte: Agenda Política de Defensa (2014, p. 40)

Para a ocorrência dessas políticas e como sustento prático, o Estado equatoriano fortalece e incentiva a participação das Forças Armadas. Já foi apresentado que o papel das FFAA concentra o caráter multidimensional da defesa

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais equatoriana. Desse modo, atua tanto em elementos externos como internos, como indica a figura 2 apresentada acima.

Considerações finais

O texto teve como objeto de estudo a política de defesa equatoriana no contexto das novas ameaças. Desta forma, o objetivo proposto foi apresentar como a configuração das novas ameaças incidiram na formulação da Agenda Política da Defesa do Equador (2014-2017). Assim, podemos desenvolver algumas considerações.

Uma primeira é com relação aos instrumentos conceituais. Evidentemente a problemática da percepção das ameaças, seu significado, a operacionalização da defesa e o caráter polissêmico do conceito segurança constituem elementos relevantes para compreender, brevemente, como se estrutura o pensamento estratégico e de defesa dos Estados. Assim, para o caso equatorianos estes elementos nos permitiram identificar quais são as novas ameaças, e quais são as medidas para combati-las.

Desse modo, a segunda consideração diz respeito à pergunta de pesquisa: quais são as medidas que o Equador implementa para lidar com as denominadas “novas ameaças”? A resposta, ainda incipiente nos diz que a reformulação do Livro Branco de Defesa do ano 2006 constitui um marco referencial para compreender que fatores de risco (pobreza, migrações e corrupção) não podem ser consideradas ameaças e sim vulnerabilidades. Desse modo, as novas ameaças e o novo entendimento ou percepção interna do Equador permearam a formulação de políticas públicas para reforçar uma dinâmica governamental para lidar com esses problemas. Portanto, a agenda política 2004-2017 constitui um marco de mudança

Seminário FESPSP 2017 – Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais no entendimento das ameaças e seu combate, mas ainda perdura o uso de meios militares.

Bibliografia

ACTA PRESIDENCIAL DE BRASILIA. Brasilia, 1998.

AGENDA POLÍTICA DE DEFESA 2014-2017. Equador, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/ministeriodefensaecuador/docs/agenda_politica_defensa>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ALBUQUERQUE, Roberto. El diferendo fronterizo Ecuador-Perú: en búsqueda de una pax sudamericana. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**. V. 2 (nº1). 1-14. 2008. Disponible en: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewArticle/2591>>. Accesado en: 10 jul. 2017.

BATISTA, Nilton José. **A participacao do Brasil no processo de paz Equador-Peru**. En CRUZ, Sergio (Coord.) Brasil em Missoes de Paz (p. 125-142). Sao Paulo: 2005.

BUZAN, Barry. Introducción a los estudios estratégicos: tecnología militar y relaciones internacionales. **Cuadernos de estrategia**, n. 99, p. 155-166, 1998. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4553585>> Accesado en: 10 jul. 2017

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **La evolución de los estudios de seguridad internacional**. Sao Paulo: Unesp, 2012.

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

ESPINOSA, Carlos. La negociación como terapia: memoria, identidad y honor nacional en el proceso de paz Ecuador-Perú. En: BONILLA, Adrián. **Ecuador-Perú**. Horizontes de la negociación y el conflicto. Quito: Rispergraf, 1999.

LEKANDA, Paula. El conflicto territorial entre Ecuador y Perú por el Río del Cenepa (1995): entre una mediación fallida y otra exitosa. **Revista Pléyade**, nº 4, 2009.

MARCELLA, Gabriel. Guerra y Paz en el Amazonas: Implicancias políticas del conflicto Ecuador-Perú para los Estados Unidos y América Latina. En: CHÁVEZ, Armando. **El Perú y sus fronteras geopolíticas, tensiones territoriales y guerra con Ecuador**. Lima, 2000. Disponible en: <<http://fr.calameo.com/read/00011609309c0d5de6350>>. Accesado en: 10 jul. 2017

MARES, David; PALMER, Scott. **Poder, instituciones y liderazgo en la paz y la guerra**. Aprendizajes de Perú y Ecuador (1995-1998). Quito: FLACSO, 2012.

MONCAYO, Paco. **Cenepa**: Antecedentes, el conflicto y la paz. Quito: Editora Nacional, 2011a.

ORTEGA, Deila. O “Protocolo do Rio de Janeiro”: Sua hermenêutica jurídica face ao Direito de Integração. **Revista Ética e Filosofia Política**. V. 1 (nº13), 96-121. 2011. Disponible en: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/01/13_1_deila.pdf>. Accesado en: 10 jul. 2017.

PALMER, Scott. El Conflicto Ecuador-Perú: El Papel de los Garantes. En: BONILLA, Adrián. **Ecuador-Perú**. Horizontes de la negociación y el conflicto. Quito: Rispergraf, 1999.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). Objetivos del desarrollo sostenible. 2016. Disponible en: <<http://www.undp.org/content/undp/es/home/sustainable-development-goals.html>>. Accesado en: 10 jul. 2017

SAINT-PIERRE, Héctor. As novas ameaças às democracias latino-americanas: uma abordagem teórica conceitual. In: SAINT-PIERRE, Héctor (org.) **Segurança e**

Seminário FESPSP 2017 – Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT 15 Relações Internacionais: os desafios do sistema internacional perante as mudanças globais

defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor. ¿Defensa o Seguridad? Reflexiones en torno de conceptos e ideologías. En: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor. **Paz y guerra:** defensa y seguridad entre las naciones. Sao Paulo: Unesp, 2013.

WILLIAMS, Paul. **Security Studies.** An introduction. Abingdon: Roulledge, 2008.